

**No. 34814**

---

**Brazil  
and  
Venezuela**

**Agreement concerning animal and plant health supplementary to the Agreement on friendship and cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Venezuela. Brasília, 8 December 1997**

**Entry into force:** *7 January 1998, in accordance with article 17*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 29 July 1998*

---

**Brésil  
et  
Venezuela**

**Arrangement en matière zoosanitaire et phytosanitaire, complémentaire au Traité d'amitié et de coopération entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Venezuela. Brasília, 8 décembre 1997**

**Entrée en vigueur :** *7 janvier 1998, conformément à l'article 17*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 29 juillet 1998*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

**AJUSTE COMPLEMENTAR AO CONVÊNIO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO  
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O  
GOVERNO DA REPÚBLICA DA VENEZUELA EM MATÉRIA DE  
SAÚDE ANIMAL E SANIDADE VEGETAL**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Venezuela  
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

**CONSIDERANDO:**

Que é de interesse mútuo fortalecer a cooperação entre ambos os países, com vistas à defesa e à garantia sanitárias de suas economias agropecuárias, bem como promover a integração das fronteiras e a expansão e a diversificação do comércio bilateral de produtos agropecuários;

Que os aspectos científicos, tecnológicos e normativos nas áreas de saúde animal e sanidade vegetal se revestem de especial interesse para facilitar o comércio internacional de produtos agropecuários e seus subprodutos, bem como para preservar os territórios de ambas as Partes Contratantes de pragas e doenças;

Que o reconhecimento, a harmonização e a agilização dos requisitos técnicos e administrativos e procedimentos exigidos nas importações de produtos agropecuários facilitarão o comércio desses bens e seus subprodutos;

Que os seus órgãos sanitários oficiais cumprirão estritamente as suas respectivas legislações e exigências zoofitossanitárias;

Que ambos os países são partes do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio e da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, de 1951, e membros do Escritório Internacional de Epizootias e da Comissão do *Codex Alimentarius*;

Que ambos os países assinaram o Convênio de Amizade e Cooperação, em Brasília, em 17 de novembro de 1977;

Ajustam o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Dos Objetivos

#### ARTIGO 1º

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e do Abastecimento do Brasil e o Serviço Autônomo de Sanidade Agropecuária do Ministério da Agricultura e Cria da Venezuela, doravante denominados “entidades executoras”, comprometem-se a:

- a) detectar e priorizar a cooperação técnica em matérias de interesse comum, com o objetivo de lograr um melhor controle das pragas ou doenças zootossanitárias existentes e facilitar o comércio de produtos agropecuários entre ambos os países;
- b) elaborar planos para prevenir a introdução e a propagação, nos territórios das Partes Contratantes, de pragas ou doenças zootossanitárias sujeitas a regulamentos quarentenários, bem como harmonizar, conforme o caso, os seus limites de tolerância;
- c) adotar as medidas técnicas e administrativas para assegurar o cumprimento dos requisitos e das condições zootossanitários estabelecidos nas respectivas legislações nacionais, visando a facilitar o comércio de produtos agropecuários entre ambos os países;
- d) estabelecer regras mútuas relativas a aspectos de higiene e tecnologia no que tange aos controles oficiais de produtos de origem animal e vegetal.

## CAPÍTULO II

### Das Medidas

#### ARTIGO 2º

A cooperação a que se refere o presente Ajuste Complementar será levada a cabo através das seguintes medidas:

- a) intercâmbio de informação técnica e legal sobre a situação zoofitossanitária das Partes Contratantes, incluindo métodos de controle de pragas e doenças, técnicas de diagnóstico, manejo e elaboração de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;
- b) intercâmbio de pessoal especializado para supervisionar, na origem, os procedimentos de produção vegetal e animal, a fim de que se verifiquem as condições zoofitossanitárias;
- c) definição de programas e tratamentos zoofitossanitários específicos que agilizem os procedimentos de comércio de produtos agropecuários.

### ARTIGO 3º

Com a finalidade de cumprir a cooperação técnica a que se refere o Artigo 1º, as Partes Contratantes comprometem-se a:

- a) prestar cooperação recíproca em medidas de caráter técnico relativas ao reconhecimento, ao diagnóstico e à prevenção de riscos sanitários que ocorram no território de ambos os países;
- b) sem reduzir o nível de proteção da saúde animal e sanidade vegetal, aproximar, no maior grau possível, a equivalência de suas medidas zoofitossanitárias.

## CAPÍTULO III

### Dos Direitos e das Obrigações das Partes Contratantes

#### ARTIGO 4º

As Partes Contratantes terão os seguintes direitos:

- a) adotar, manter ou aplicar, segundo o disposto neste Capítulo, e de conformidade com as normas da Organização Mundial do Comércio, qualquer medida zoofitossanitária ou de verificação de resíduos para a proteção da saúde pública, da saúde animal e da sanidade vegetal. As Partes Contratantes terão, todavia, o direito de fixar seus níveis de proteção, desde que o façam com base nos princípios científicos e na análise de risco;

- b) verificar se os vegetais, animais e seus produtos de exportação encontram-se sujeitos a rigorosos controles no campo zoofitossanitário, de acordo com as exigências de importação da outra Parte Contratante;**
  
- c) indicar, de comum acordo, as regiões específicas onde se efetuarão os trabalhos de cooperação e os projetos técnicos estabelecidos no âmbito do presente Ajuste Complementar, tendo em vista condições regionais, em particular aquelas relativas às áreas livres de pragas e doenças.**

#### **ARTIGO 5º**

**As Partes Contratantes terão as seguintes obrigações:**

- a) promover a participação de instituições e associações no cumprimento dos objetivos e das atividades previstas neste Ajuste Complementar;**
  
- b) conceder os recursos técnicos e administrativos necessários ao cumprimento do intercâmbio técnico-científico contemplado neste Ajuste Complementar;**
  
- c) cooperar, de maneira imediata, para a solução de possíveis divergências na aplicação do presente Ajuste Complementar;**
  
- d) exigir, quando necessário, os certificados zoofitossanitários acertados entre si, para intercâmbios comerciais de produtos agropecuários;**
  
- e) prover os recursos necessários à realização dos controles, das inspeções e das aprovações de caráter zoofitossanitário pela outra Parte Contratante;**
  
- f) estabelecer sistemas de harmonização, no âmbito sanitário, para os métodos de amostragem, diagnóstico e inspeção de animais, vegetais e seus produtos, em nível de campo, processamento industrial e ponto de entrada;**

- g) estabelecer, registrar e trocar informações sobre as análises laboratoriais que sejam necessário realizar nos animais, vegetais, seus produtos e subprodutos, quando do seu ingresso no território da outra Parte Contratante;
- h) prover os recursos necessários à capacitação do pessoal técnico nas instituições de ensino, pesquisa e outras entidades afins à sanidade agropecuária;
- i) abster-se da adoção de medidas zoofitossanitárias cuja finalidade seja somente criar restrições recíprocas ao comércio de produtos agropecuários;
- j) cumprir de imediato as medidas de urgência necessárias ao controle de focos ou surtos de pragas de importância quarentenária e de doenças de notificação obrigatória definidas bilateralmente.

#### ARTIGO 6º

Na elaboração dos requisitos zoofitossanitários para o intercâmbio de produtos agropecuários, serão levadas em conta as normas nacionais, bem como as exigências pertinentes de importação da outra Parte Contratante. Deverão igualmente ser observadas as normas do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio e, conseqüentemente, do Código Zoossanitário Internacional do Escritório Internacional de Epizootias, da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação e da Comissão do *Codex Alimentarius*. Ademais, deverão ser consideradas as normas e diretrizes emanadas da Comissão de Sanidade Vegetal do Cone Sul, da Junta do Acordo de Cartagena e de outras organizações internacionais das quais ambos os países sejam membros.

#### ARTIGO 7º

As Partes Contratantes comprometem-se a notificar:

- a) mudanças significativas na situação zoossanitária, tais como o surgimento ou a suspeição de doenças exóticas conforme as listas A e B do EIE, dentro de 24 horas;

- b) mudanças significativas na situação fitossanitária, tais como o surgimento ou a suspeição de pragas quarentenárias ou a propagação de pragas sob controle oficial, dentro dos 10 (dez) dias seguintes à sua detecção;
- c) achados de importância epidemiológica com respeito a doenças não incluídas nos dois itens anteriores;
- d) mudanças das normas zoofitossanitárias vigentes, que afetem o intercâmbio comercial bilateral de produtos agropecuários, ao menos 60 (sessenta) dias antes da data de entrada em vigor da nova disposição, permitindo observações da outra Parte Contratante. Estão isentas do prazo assinalado as situações de emergência.

#### ARTIGO 8º

Serão elaborados projetos técnicos de cooperação relacionados com produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, assim como relativos aos insumos agropecuários básicos.

#### ARTIGO 9º

Os dispositivos deste Ajuste Complementar deverão ser aplicados a qualquer remessa que contenha produtos e subprodutos agropecuários para Consulados e Missões Diplomáticas, de conformidade com o disposto nas Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares, de 1961 e 1963 respectivamente.

#### ARTIGO 10º

A Parte Contratante que, por iniciativa própria, enviar representantes e especialistas à outra Parte Contratante custeará as despesas pertinentes. O país a ser visitado facilitará o acesso dos representantes e especialistas e proporcionará a assistência necessária ao cumprimento da missão.

**CAPÍTULO IV**  
**Das Entidades Executoras**

**ARTIGO 11**

A coordenação e supervisão da aplicação do presente Ajuste Complementar estarão a cargo das entidades executoras, de conformidade com as decisões do Grupo de Trabalho de Agricultura Brasil-Venezuela, referendadas pela Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela. Os titulares dos órgãos responsáveis pelas políticas de saúde animal e sanidade vegetal, ou seus representantes, serão designados para integrar aquele Grupo de Trabalho.

**ARTIGO 12**

As entidades executoras comprometem-se a elaborar, de forma coordenada, um relatório anual sobre o desenvolvimento e os resultados deste Ajuste Complementar.

**ARTIGO 13**

Para discutir as matérias técnico-científicas e de certificação zootossanitária, assim como os demais assuntos que surjam durante a execução do presente Ajuste Complementar, as entidades executoras reunir-se-ão, ao menos uma vez por ano, em data e lugar acertados mutuamente, sendo a sede do encontro de caráter rotativo.

**ARTIGO 14**

As Partes Contratantes levantarão os recursos financeiros destinados à implementação do presente Ajuste Complementar, podendo solicitar a cooperação dos produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários, bem como a colaboração de organismos internacionais.

**ARTIGO 15**

As entidades executoras poderão, com base neste Ajuste Complementar, e com vistas à sua execução, estabelecer programas específicos em matéria de interesse que implique maior detalhamento técnico-operativo.

**ARTIGO 16**

Em caso de emergência, as Partes Contratantes poderão tomar as medidas adequadas, que deverão ser comunicadas à outra Parte Contratante o mais rapidamente possível.



**CAPÍTULO V**  
**Da Duração e das Alterações**

**ARTIGO 17**

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua assinatura. Terá validade por um ano e será prorrogado automaticamente por iguais períodos sucessivos, salvo se, 90 (noventa) dias antes do término de um período, uma das Partes Contratantes notificar a outra, por escrito, de sua decisão de denunciá-lo.

2. O término do presente Ajuste Complementar não afetará a realização das atividades de cooperação em execução nem das que tenham sido formalizadas durante a sua vigência.

**ARTIGO 18**

1. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado ou complementado pelas Partes Contratantes, entrando as alterações em vigor na data do recebimento da Nota de resposta.

2. Quaisquer divergências sobre a interpretação ou execução deste Ajuste Complementar serão resolvidas pela via diplomática.

Feito em Brasília, em 8 de dezembro de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DA VENEZUELA

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

**AJUSTE COMPLEMENTARIO AL CONVENIO DE AMISTAD Y COOPERACION  
ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL  
GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE VENEZUELA EN MATERIA DE  
SANIDAD ANIMAL Y SANIDAD VEGETAL**

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

y

El Gobierno de la República de Venezuela,  
de aquí en adelante denominados “Partes Contratantes”

**CONSIDERANDO:**

Que es de interés mutuo fortalecer la cooperación entre ambos países, con miras a la defensa y garantías sanitarias de sus economías agropecuarias, así como promover la integración de las fronteras, y la expansión, y la diversificación del comercio bilateral de productos agropecuarios;

Que los aspectos científicos, tecnológicos y normativos en las áreas de sanidad animal y sanidad vegetal revisten de especial interés para facilitar el comercio internacional de productos agropecuarios y sus sub-productos y para preservar los territorios de las Partes Contratantes de plagas y enfermedades;

Que el reconocimiento, la armonización y la agilización de los requisitos técnicos y administrativos, y procedimientos exigidos en las importaciones de productos agropecuarios facilitarán el comercio de esos productos y sus sub-productos;

Que sus órganos sanitarios oficiales cumplirán estrictamente sus respectivas legislaciones y exigencias zoo-fitosanitarias;

Que ambos países son partes del Acuerdo sobre la Aplicación de Medidas Sanitarias y Fitosanitarias de la Organización Mundial de Comercio (OMC); y de la Convención Internacional de Protección Fitosanitaria de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO), de 1951 y Miembros de la Oficina Internacional de Epizootias, y de la Comisión del Codex Alimentarius.

Que ambos países firmaron el Convenio de Amistad y Cooperación, en Brasilia, el 17 de noviembre de 1977;

Ajustan lo siguiente:

## CAPITULO I

### Objetivos

#### ARTICULO 1º

La Secretaría de Defensa Agropecuaria del Ministerio de Agricultura y Abastecimiento de Brasil y el Servicio Autónomo de Sanidad Agropecuaria del Ministerio de Agricultura y Cría de Venezuela, de ahora en adelante denominados "entidades ejecutoras" se comprometen a:

- a) detectar y priorizar la cooperación técnica en materias de interés común, con el objetivo de lograr un mejor control de las plagas o enfermedades zoo-fitosanitarias existentes y facilitar el comercio de productos agropecuarios entre ambos países;
- b) elaborar planes para prevenir la introducción y la propagación, en los territorios de las Partes Contratantes, de plagas o enfermedades zoo-fitosanitarias sujetas a regulaciones cuarentenarias; así como, armonizar, conforme el caso, sus límites de tolerancia;
- c) adoptar las medidas técnicas y administrativas para asegurar el cumplimiento de los requisitos y de las condiciones zoo-fitosanitarias establecidas en las respectivas legislaciones nacionales, para facilitar el comercio de productos agropecuarios entre ambos países;
- d) establecer reglas mutuas relativas a aspectos de higiene y tecnología en lo que respecta a los controles oficiales de productos de origen animal y vegetal.

## CAPITULO II

### De las Medidas

#### ARTICULO 2º

La cooperación a la que se refiere el presente Ajuste Complementario será llevado a cabo a través de las siguientes medidas:

- a) intercambio de información técnica y legal sobre la situación zootosanitaria de las Partes Contratantes, incluyendo métodos de control de plagas y enfermedades, técnicas de diagnóstico, manejo y elaboración de productos y sub-productos de origen animal y vegetal;
- b) intercambio de personal especializado para supervisar, en origen, los procedimientos de producción vegetal y animal, a fin de que se verifiquen las condiciones zootosanitarias;
- c) definición de programas y tratamientos zootosanitarios específicos que agilicen los procedimientos de comercio de productos agropecuarios.

### ARTICULO 3º

Con la finalidad de cumplir la cooperación técnica a que se refiere el Artículo 1º, las Partes Contratantes se comprometen a :

- a) prestar cooperación recíproca en medidas de carácter técnico relativas al reconocimiento, al diagnóstico y la prevención de riesgos sanitarios que ocurran en el territorio de ambos países;
- b) sin reducir el nivel de protección de salud animal y vegetal, aproximar, en el mayor grado posible, la equivalencia de sus medidas zootosanitarias.

## CAPITULO III

De los Derechos y de las Obligaciones de las Partes Contratantes

### ARTICULO 4º

Las Partes Contratantes tendrán los siguientes derechos:

- a) adoptar, mantener o aplicar, según lo dispuesto en este Capítulo y de conformidad con las normas de la Organización Mundial del Comercio, cualquier medida zootosanitaria o de verificación de residuos para la protección de la salud pública, de la sanidad animal y vegetal. Las Partes Contratantes tendrán, todavía, el derecho de fijar sus niveles de protección, con base en los principios científicos y análisis de riesgo;

- b) verificar si los vegetales, animales y sus productos de exportación se encuentran sujetos a rigurosos controles en el campo zootosanitario, de acuerdo con las exigencias de importación de la otra Parte Contratante;**
  
- c) indicar, de común acuerdo, las regiones específicas donde se efectuarán los trabajos de cooperación y los proyectos técnicos establecidos en el ámbito del presente Ajuste Complementario, tomando en cuenta las condiciones regionales, en particular aquellas relativas a las áreas libres de plagas y enfermedades.**

#### **ARTICULO 5º**

**Las Partes Contratantes tendrán las siguientes obligaciones:**

- a) promover la participación de instituciones y asociaciones en el cumplimiento de los objetivos y las actividades previstas en el presente Ajuste Complementario;**
  
- b) conceder los recursos técnicos y administrativos necesarios para el cumplimiento del intercambio técnico-científico contemplado en este Ajuste Complementario;**
  
- c) cooperar de forma inmediata, para la solución de posibles divergencias en la aplicación del presente Ajuste Complementario;**
  
- d) exigir cuando sea necesario, los certificados zootosanitarios acordados entre las partes para el intercambio comercial de productos agropecuarios;**
  
- e) proveer los recursos necesarios para la realización de controles, de inspecciones y de aprobaciones de carácter zootosanitario por la otra Parte Contratante;**
  
- f) establecer sistemas de armonización, en el ámbito sanitario, para los métodos de muestras, diagnóstico e inspección de animales, vegetales y sus productos, a nivel de campo, procesamiento industrial y puntos de entrada;**

- g) establecer, registrar e intercambiar información sobre los análisis de laboratorios, que sean necesarios realizar en los animales, vegetales, sus productos y sub-productos que ingresen en el territorio de cada Parte Contratante;
- h) promover los recursos necesarios para la capacitación de personal técnico en las instituciones de enseñanza, investigación y en otras entidades afines a la sanidad agropecuaria;
- i) abstenerse de la adopción de medidas zoo-fitosanitarias cuya finalidad sea solamente crear restricciones recíprocas al comercio de productos agropecuarios;
- j) cumplir de inmediato las medidas de urgencia necesarias para controlar focos o brotes de plagas de importancia cuarentenaria y de enfermedades de notificación obligatoria, definidas bilateralmente.

#### ARTICULO 6º

En la elaboración de los requisitos zoo-fitosanitarios para el intercambio de productos agropecuarios serán tomadas en cuenta las normas nacionales, así como las exigencias pertinentes de importación de la otra Parte Contratante. Deberán, igualmente, ser observadas las normas del Acuerdo sobre la Aplicación de Medidas Sanitarias y Fitosanitarias de la Organización Mundial de Comercio (OMC), y consecuentemente, del Código Zoonosológico Internacional de la Oficina Internacional de Epizootias (OIE), de la Convención Internacional de Protección Fitosanitaria de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (CIPF/FAO) y de la Comisión del Codex Alimentarius. Además, deberán ser consideradas las normas y directrices emanadas de la Comisión de Sanidad Vegetal del Cono Sur, de la Junta del Acuerdo de Cartagena (JUNAC), y de otras organizaciones internacionales de las cuales ambos países sean miembros.

#### ARTICULO 7º

Las Partes Contratantes se comprometen a notificar:

- a) los cambios significativos en la situación zoonosológica, tales como la aparición o la sospecha de aparición de enfermedades exóticas, según las listas A y B de la Oficina Internacional de Epizootias (OIE), dentro de 24 horas.

- b) los cambios significativos en la situación fitosanitaria, tales como la aparición o la sospecha de plagas cuarentenarias o la propagación de plagas bajo control oficial, dentro de los 10 (diez) días siguientes a su detección;
  
- c) los hallazgos de importancia epidemiológica con respecto a enfermedades no incluidas en los dos ítems anteriores;
  
- d) los cambios en las normas zoo-fitosanitarias vigentes, que afecten el intercambio comercial bilateral de productos agropecuarios, al menos 60 días antes de la fecha de entrada en vigencia de la nueva disposición, permitiendo observaciones de la otra Parte Contratante. Las situaciones de emergencia están exentas del referido plazo.

#### ARTICULO 8°

Serán elaborados proyectos técnicos de cooperación relacionados con productos y sub-productos de origen animal y vegetal, así como de insumos agropecuarios básicos.

#### ARTICULO 9°

Los dispositivos de este Ajuste Complementario deberán ser aplicados a cualquier remesa que contenga productos o sub-productos agropecuarios para Consulados y Misiones Diplomáticas, de conformidad con lo dispuesto en las Convenciones de Viena sobre Relaciones Diplomáticas y Consulares, de 1961 y 1963 respectivamente.

#### ARTICULO 10°

La Parte Contratante que, por iniciativa propia envíe representantes y especialistas a la otra Parte Contratante, costeará los gastos pertinentes. El país a ser visitado facilitará el acceso de los representantes y especialistas y brindará la asistencia necesaria para el cumplimiento de la misión.

**CAPITULO IV**  
**De las Entidades Ejecutoras**

**ARTICULO 11°**

La coordinación y supervisión de la aplicación del presente Ajuste Complementario estarán a cargo de las entidades ejecutoras de conformidad con las decisiones del Grupo de Trabajo X "Agricultura" Brasil-Venezuela, refrendadas por la Comisión Binacional de Alto Nivel Brasil-Venezuela. Los titulares de los órganos responsables de las políticas de sanidad animal y sanidad vegetal, o sus representantes, serán designados para integrar el Grupo de Trabajo.

**ARTICULO 12°**

Las entidades ejecutoras se comprometen a elaborar, de forma coordinada, un informe anual sobre el desarrollo y los resultados de este Ajuste Complementario.

**ARTICULO 13°**

Para discutir las materias técnica - científicas y de certificación zootosanitaria, así como los demás temas que surjan durante la ejecución del presente Ajuste Complementario, las entidades ejecutoras se reunirán, al menos una vez al año, en la fecha y lugar a ser acordado mutuamente, siendo la sede del encuentro de carácter rotativo.

**ARTICULO 14°**

Las Partes Contratantes aportarán los recursos financieros destinados para la implementación del presente Ajuste Complementario, pudiendo solicitar la cooperación de los productores, importadores y exportadores de productos agropecuarios, así como la colaboración de organismos internacionales.

**ARTICULO 15°**

Las entidades ejecutoras podrán, con base en el presente Ajuste Complementario, y con miras a su ejecución, establecer programas específicos en materia de interés que implique mayor detalle técnico - operativo.



**ARTICULO 16°**

En caso de emergencia, las Partes Contratantes podrán tomar las medidas adecuadas, que deberán ser comunicadas a la otra Parte Contratante lo más rápidamente posible.

**CAPITULO V**  
**De la Duración y de las Alteraciones**

**ARTICULO 17°**

1. El presente Ajuste Complementario entrará en vigencia 30 (treinta) días después de la fecha de su firma. Tendrá validez por un año y será prorrogado automáticamente por iguales períodos sucesivos, a menos que, 90 (noventa) días antes del término de un período, una de las Partes Contratantes notifique a la otra, por escrito, de su decisión de denunciarlo.

2. El término del presente Ajuste Complementario no afectará la realización de las actividades de cooperación en ejecución, ni de las que hayan sido formalizadas durante su vigencia.


**ARTICULO 18°**

1. El presente Ajuste Complementario podrá ser enmendado o complementado por las Partes Contratantes, entrando las alteraciones en vigor en la fecha del recibimiento de la Nota de Respuesta.

2. Cualquier divergencia sobre la interpretación o ejecución de este Ajuste Complementario será resuelta por vía diplomática.

Hecho en Brasilia, a los ocho días del mes de diciembre de mil novecientos noventa y siete, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DA VENEZUELA

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT CONCERNING ANIMAL AND PLANT HEALTH SUPPLEMENTARY TO THE AGREEMENT OF FRIENDSHIP AND COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF VENEZUELA

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Venezuela (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Considering:

That it is in their mutual interest to strengthen cooperation between the two countries, with a view to the sanitary protection and security of their agricultural economies, and to promote the integration of borders, and the expansion and diversification of the bilateral trade in agricultural products;

That the scientific, technological and regulatory aspects of animal and plant health are of particular concern in facilitating international trade in agricultural products and their by-products and protecting the territories of the Contracting Parties from pests and diseases; That recognition, harmonization and adaptation of technical and administrative requirements, and of the procedures required for the import of agricultural products, will facilitate trade in these products and their by-products;

That their official health bodies will strictly fulfil their respective zoo-phytosanitary legislation and requirements;

That both countries are parties to the Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures of the World Trade Organization (WTO) and the International Plant Protection Convention of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) of 1951;<sup>1</sup> and are members of the International Office of Epizootics and the Codex Alimentarius Commission;

That both countries signed the Agreement of friendship and cooperation, at Brasilia, on 17 November 1977;<sup>2</sup>

Have agreed as follows:

*Chapter I. Objectives*

*Article 1*

The Agricultural Protection Department of the Ministry of Agriculture and Supply of Brazil and the Autonomous Agricultural Health Service of the Ministry of Agriculture and Livestock of Venezuela, hereinafter referred to as the "executing agencies", undertake to:

---

1. United Nations, Treaty Series, vol. 150, p. 67.

2. Ibid., vol. 1131, p. 133.

(a) Identify and prioritize technical cooperation in areas of joint interest, with the objective of achieving better control of existing zoo-phytosanitary pests and diseases and facilitating the trade in agricultural products between the two countries;

(b) Formulate plans to prevent the entry and spread in the territories of the Contracting Parties of zoo-phytosanitary pests or diseases which are subject to quarantine regulations; and also to harmonize, as appropriate, their tolerance limits;

(c) Adopt technical and administrative measures to ensure the fulfilment of the zoo-phytosanitary requirements and conditions laid down in their respective national legislations in order to facilitate the trade in agricultural products between the two countries;

(d) Establish joint rules concerning hygienic and technological aspects of official monitoring of products of animal and plant origin.

## *Chapter II. Measures*

### *Article 2*

The cooperation referred to in this Supplementary Agreement shall be carried out through the following measures:

(a) The exchange of technical and legal information on the zoo-phytosanitary situation of the Contracting Parties, including methods for the control of pests and diseases, diagnostic techniques, and handling and preparation of products and by-products of animal and plant origin;

(b) The exchange of specialized personnel to supervise plant and animal production processes at the source, in order to verify zoo-phytosanitary conditions;

(c) The determination of specific zoo-phytosanitary programmes and treatments which may facilitate procedures for the trade in agricultural products.

### *Article 3*

With a view to carrying out the technical cooperation referred to in Article 1, the Contracting Parties undertake:

(a) To engage in reciprocal cooperation in technical measures relating to the identification, diagnosis and prevention of the health risks which arise in the territory of both countries;

(b) Without reducing the level of animal and plant health protection, to standardize their zoo-phytosanitary measures to the greatest extent possible.

CHAPTER III. THE RIGHTS AND

OBLIGATIONS OF THE CONTRACTING PARTIES

*Article 4*

The Contracting Parties shall have the following rights:

(a) To adopt, maintain or apply, pursuant to the provisions of this chapter and in accordance with the norms of the World Trade Organization, any zoo-phytosanitary or residue verification measure for the protection of public health, or of animal and plant health. The Contracting Parties shall retain the right to establish their levels of protection, on the basis of scientific principles and risk analysis;

(b) To verify whether plants, animals and their export products are subject to rigorous controls in the zoo-phytosanitary field, in accordance with the import requirements of the other Contracting Party;

(c) To designate, by joint agreement, the specific regions where cooperation activities and the technical projects established within the framework of this Supplementary Agreement are to be carried out, taking into account regional conditions, in particular those relating to areas free from pests and diseases.

*Article 5*

The Contracting Parties shall have the following obligations:

(a) To promote the participation of institutions and associations in fulfilling the objectives and carrying out the activities envisaged in this Supplementary Agreement;

(b) To provide the necessary technical and administrative resources for carrying out the technical and scientific exchange envisaged in this Supplementary Agreement;

(c) To cooperate on an immediate basis in the solution of possible disagreements in the application of this Supplementary Agreement;

(d) To request, when necessary, the zoo-phytosanitary certificates approved between the parties for the commercial exchange of agricultural products;

(e) To provide the necessary resources for the performance of zoo-phytosanitary monitoring, inspections and approvals by the other Contracting Party;

(f) To establish harmonization systems, in the sanitary sphere, for methods of sampling, diagnosis and inspection of animals, plants and their products, at the field level, during industrial processing and at entry points;

(g) To establish, register and exchange information on the laboratory analyses which need to be carried out on animals, plants and their products and by-products which enter the territory of each Contracting Party;

(h) To provide the necessary resources for the training of technical personnel in teaching and research institutions and other bodies concerned with agricultural health;

(i) To refrain from the adoption of zoo-phytosanitary measures whose purpose would be only to place mutual restrictions on the trade of agricultural products;

(j) To carry out immediately the urgent measures which are needed to control concentrations or outbreaks of pests which are subject to quarantine and diseases which are required to be notified, as bilaterally defined.

#### *Article 6*

In the formulation of the zoo-phytosanitary requirements for the exchange of agricultural products, national regulations shall be taken into account, as well as the relevant import requirements of the other Contracting Party. Furthermore, the norms of the Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures of the World Trade Organization (WTO), and consequently, of the International Animal Health Code of the International Office of Epizootics (IOE), the International Plant Protection Convention of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (IPPC/FAO) and the Codex Alimentarius Commission, shall also be observed. In addition, the norms and guidelines emanating from the plant health commission of the Southern Cone of the Board of the Cartagena Agreement <sup>1</sup>(JUNAC), and from other international organizations of which both countries are members, must be taken into account.

#### *Article 7*

The Contracting Parties undertake to report:

(a) Significant changes in the zoosanitary situation, such as the outbreak or suspected outbreak of exotic diseases, in accordance with lists A and B of the International Office of Epizootics (IOE), within 24 hours;

(b) Significant changes in the phytosanitary situation, such as the outbreak or suspected outbreak of pests subject to quarantine or the spread of pests under official control, within ten days following their detection;

(c) Findings of epidemiological importance with regard to diseases not included in the two previous items;

(d) Changes in the zoo-phytosanitary regulations in force which affect the bilateral trade of agricultural products, at least 60 days before the date of entry into force of the new provision, allowing observations by the other Contracting Party. Emergency situations shall be exempt from this time limit.

#### *Article 8*

Technical cooperation projects shall be formulated relating to products and by-products of animal and plant origin, and basic agricultural components.

---

1. United Nations, Treaty Series, vol. 1506, p. 157.

*Article 9*

The provisions of this Supplementary Agreement must be applied to any consignment containing agricultural products or by-products for consulates and diplomatic missions, in accordance with the provisions of the Vienna Conventions on Diplomatic and Consular Relations, of 1961<sup>1</sup> and 1963<sup>2</sup> respectively.

*Article 10*

A Contracting Party which, on its own initiative, sends representatives and specialists to the other Contracting Party, shall defray the costs which arise. The country to be visited shall facilitate the access of representatives and specialists and shall provide the necessary assistance for carrying out the mission.

CHAPTER IV. EXECUTING AGENCIES

*Article 11*

The coordination and supervision of the implementation of this Supplementary Agreement shall be carried out by the executing agencies in accordance with the decisions of working group X "Agriculture" Brazil-Venezuela, endorsed by the Brazil-Venezuela high-level binational commission. The heads of the bodies responsible for animal and plant health policies, or their representatives, shall be designated to make up the working group.

*Article 12*

The executing agencies undertake to draw up, in a coordinated manner, an annual report on the development and results of this Supplementary Agreement.

*Article 13*

In order to consider technical, scientific and zoo-phytosanitary certification issues, and other topics which may arise during the implementation of this Supplementary Agreement, the executing agencies shall meet at least once a year, on a date and at a place to be agreed mutually, the venue of the meeting to be rotated.

*Article 14*

The Contracting Parties shall provide the financial resources for the implementation of this Supplementary Agreement, and may request the cooperation of producers, importers and exporters of agricultural products, and the collaboration of international bodies.

---

1. United Nations, Treaty Series, vol. 500, p. 95.

2. Ibid., vol. 596, p.469.

*Article 15*

The executing agencies may, on the basis of this Supplementary Agreement, and with a view to its implementation, establish specific programmes in areas of interest which involve greater technical and operational detail.

*Article 16*

In the event of an emergency, the Contracting Parties may take the appropriate measures, which must be reported to the other Contracting Party as quickly as possible.

CHAPTER V. DURATION AND AMENDMENTS

*Article 17*

1. This Supplementary Agreement shall enter into force thirty (30) days after the date of its signature. It shall remain in force for one year, and shall be automatically extended for successive one-year periods, unless, ninety (90) days after the end of a period, one of the Contracting Parties notifies the other, in writing, of its decision to denounce it.

2. Termination of this Supplementary Agreement shall not affect the implementation of ongoing cooperation activities, or of activities which have been agreed upon while it was in force.

*Article 18*

1. This Supplementary Agreement may be amended or supplemented by the Contracting Parties, and such amendments shall enter into force on the date of receipt of the note in reply.

2. Any disagreement on the interpretation or implementation of this Supplementary Agreement shall be resolved through the diplomatic channel.

Done at Brasilia, on 8 December 1997, in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Minister of Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Venezuela:

MIGUEL ANGEL BURELLI RIVAS  
Minister of Foreign Affairs



[TRANSLATION — TRADUCTION]

ARRANGEMENT EN MATIÈRE ZOOSANITAIRE ET PHYTOSANITAIRE  
COMPLÉMENTAIRE AU TRAITE D'AMITIÉ ET DE COOPÉRATION  
ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU  
BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU VENEZUE-  
LA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Venezuela (ci-après dénommés "les Parties contractantes")

Considérant :

Que les deux pays ont tous deux intérêt à renforcer leur coopération en vue d'assurer la défense et les garanties sanitaires de leur secteur de l'agriculture et de l'élevage de même qu'à promouvoir l'intégration de leurs activités commerciales transfrontalières ainsi que l'expansion et la diversification du commerce bilatéral des produits de ce secteur;

Que les aspects scientifiques, technologiques et normatifs de la santé animale et végétale sont particulièrement importants pour le commerce international des produits et sous-produits de l'agriculture et de l'élevage ainsi que pour la préservation des territoires des Parties contractantes contre les parasites et les maladies;

Que la reconnaissance, l'harmonisation et l'assouplissement des formalités techniques et administratives ainsi que des procédures exigées dans l'importation des produits de l'agriculture et de l'élevage faciliteront le commerce de ces produits et de leurs sous-produits,

Que les organismes sanitaires officiels de ces pays devraient veiller à la stricte application de leurs dispositions législatives et de leurs normes zoo-phytosanitaires respectives,

Que les deux pays sont parties à l'Accord sur l'application des mesures sanitaires et phytosanitaires de l'Organisation mondiale du commerce (OMC) et à la Convention internationale pour la protection des végétaux de l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture (FAO) de 1951<sup>1</sup> et membres de l'Office international des épizooties ainsi que de la Commission du Codex Alimentarius,

Que les deux pays ont signé un Traité d'amitié et de coopération à Brasilia, le 17 novembre 1977,<sup>2</sup>

Sont convenus de ce qui suit :

CHAPITRE PREMIER. OBJECTIFS

*Article premier*

Le Secrétariat à la défense de l'agriculture et de l'élevage du Ministère de l'agriculture et des approvisionnements du Brésil et le Service autonome de la santé dans le secteur de

---

1. Nations Unies, Recueil des Traités, vol. 150, p. 67.

2. Ibid., vol. 1131, p. 133.

l'agriculture et de l'élevage du Ministère de l'agriculture et de l'élevage du Venezuela, ci-après dénommés "entités exécutives", s'engagent à :

a) Identifier les domaines de coopération technique d'intérêt commun et en dégager les priorités afin de mieux lutter contre les parasites ou les maladies animales et végétales qui sévissent et de faciliter le commerce des produits de l'agriculture et de l'élevage entre les deux pays;

b) Élaborer des plans visant à prévenir l'introduction et la propagation, dans les territoires des Parties contractantes, de parasites ou de maladies animales et végétales faisant l'objet de règlements de quarantaine et, selon le cas, harmoniser leurs limites de tolérance;

c) Adopter les mesures techniques et administratives propres à assurer le respect des exigences et des conditions zoo-phytosanitaires en vigueur dans les législations nationales respectives, en vue de faciliter le commerce des produits de l'agriculture et de l'élevage entre les deux pays;

d) Établir, en matière d'hygiène et de technologie, des règles communes aux deux pays pour les contrôles officiels des produits d'origine animale et végétale.

## CHAPITRE II. MESURES

### *Article 2*

La coopération visée par le présent Arrangement complémentaire s'exercera par :

a) Un échange d'informations techniques et juridiques sur la situation zoo-phytosanitaires dans les pays des Parties contractantes, y compris sur les méthodes de lutte contre les parasites et les maladies, les techniques de diagnostic et le traitement et la préparation de produits et sous- produits d'origine animale et végétale;

b) Un échange de personnels spécialisés en vue de surveiller, à l'origine, les méthodes de production végétale et animale, pour contrôler les conditions zoo-phytosanitaires;

c) La définition de programmes et de traitements zoo-phytosanitaires spécifiques permettant de faciliter les procédures en usage dans le commerce des produits de l'agriculture et de l'élevage.

### *Article 3*

Pour réaliser la coopération technique visée à l'article premier, les Parties contractantes s'engagent à :

a) Coopérer entre elles à la mise au point de mesures techniques concernant la reconnaissance, le diagnostic et la prévention des risques sanitaires rencontrés sur le territoire des deux pays;

b) Sans pour autant abaisser le niveau de protection de la santé animale et végétale, faire en sorte que les mesures zoo-phytosanitaires appliquées dans les deux pays soient aussi équivalentes que possible.

CHAPITRE III. DROITS ET OBLIGATIONS

DES PARTIES CONTRACTANTES

*Article 4*

Les Parties contractantes auront les droits suivants :

a) Adopter, maintenir et appliquer, conformément aux dispositions du présent chapitre et aux normes de l'Organisation mondiale du commerce, toute mesure zoo-phytosanitaire ou de contrôle des résidus en vue d'assurer la protection de la santé publique et celle des animaux et des végétaux. Les Parties contractantes conserveront le droit de fixer leurs niveaux de protection en se fondant sur des principes scientifiques et sur l'analyse des risques;

b) S'assurer que les végétaux, les animaux et leurs produits d'exportation sont soumis à des contrôles zoo-phytosanitaires rigoureux, conformément aux normes de l'autre Partie contractante en matière d'importation;

c) Indiquer d'un commun accord les régions précises où seront réalisés les activités de coopération et les projets techniques élaborés dans le cadre du présent Arrangement complémentaire, eu égard aux conditions régionales, en particulier celles des zones indemnes de parasites et de maladies.

*Article 5*

*Les Parties contractantes auront les obligations suivantes :*

a) Promouvoir la participation d'institutions et d'associations à la réalisation des objectifs et des activités prévus dans le présent Arrangement complémentaire;

b) Accorder les ressources techniques et administratives nécessaires à l'échange technique et scientifique envisagé dans le présent Arrangement complémentaire;

c) Coopérer immédiatement au règlement des différends éventuels concernant l'application des dispositions du présent Arrangement complémentaire;

d) Exiger, le cas échéant, les certificats zoo-phytosanitaires que les Parties auront convenu de se délivrer mutuellement en vue des échanges commerciaux de produits du secteur de l'agriculture et de l'élevage;

e) Prévoir les ressources nécessaires pour les contrôles, inspections et autorisations zoo-phytosanitaires de l'autre Partie contractante;

f) Mettre sur pied, dans le domaine sanitaire, des systèmes d'harmonisation des méthodes d'échantillonnage, de diagnostic et d'inspection des animaux, des végétaux et de leurs produits, que ce soit sur le terrain, dans le cadre des processus industriels ou aux points d'entrée;

g) Établir, enregistrer et échanger des informations sur les analyses en laboratoire qu'il pourrait être nécessaire de réaliser sur les animaux et les végétaux et leurs produits et sous-produits qui pénétreraient dans le territoire de chaque Partie contractante;

h) Favoriser l'apport des ressources nécessaires à la formation de personnel technique dans les établissements d'enseignement, les instituts de recherche et autres entités s'intéressant aux problèmes zoo-phytosanitaires;

i) S'abstenir d'adopter des mesures zoo-phytosanitaires ayant pour seule fin d'imposer des restrictions au commerce des produits du secteur de l'agriculture et de l'élevage auquel se livre l'autre Partie contractante;

j) Appliquer sans tarder les mesures d'urgence permettant de maîtriser les foyers ou les flambées de maladies parasitaires nécessitant la mise en quarantaine, ainsi que les maladies exigeant une déclaration obligatoire, définies d'un commun accord.

#### *Article 6*

Pour déterminer les exigences zoo-phytosanitaires à prendre en considération pour l'échange de produits du secteur de l'agriculture et de l'élevage, il faudra tenir compte des normes nationales ainsi que des exigences propres à l'autre Partie contractante en matière d'importation. Il faudra aussi respecter les normes imposées par l'Accord sur l'application des mesures sanitaires et phytosanitaires de l'Organisation mondiale du commerce (OMC) et, par voie de conséquence, celles du Code zoosanitaire international de l'Office international des épizooties (OIE), de la Convention internationale pour la protection des végétaux de l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture (CIPF/FAO) et de la Commission du Codex Alimentarius. On devra également prendre en considération les normes et directives édictées par la Commission phytosanitaire des pays du cône Sud, du Conseil de l'Accord de Carthagène<sup>1</sup> (JUNAC) et d'autres organisations dont les deux pays pourraient être membres.

#### *Article 7*

Les Parties contractantes s'engagent à notifier :

a) Les changements importants intervenus dans la situation zoosanitaire, tels que l'apparition, réelle ou supposée, de maladies exotiques figurant sur les listes A et B de l'Office international des épizooties (OIE), dans un délai de 24 heures;

b) Les changements importants intervenus dans la situation phytosanitaire, tels que l'apparition, réelle ou supposée, de parasites nécessitant une mise en quarantaine ou la propagation de parasites officiellement contrôlés, dans les dix (10) jours suivant leur détection;

c) Les découvertes revêtant une importance épidémiologique pour les maladies non mentionnées dans les deux alinéas ci-dessus;

d) Les changements intervenus dans les normes zoo-phytosanitaires en vigueur affectant les échanges commerciaux bilatéraux de produits du secteur de l'agriculture et de l'élevage, au moins 60 jours avant la date d'entrée en vigueur de la nouvelle disposition, ce qui permettrait à l'autre Partie contractante de faire des observations, délai à ne pas respecter, toutefois, dans les situations d'urgence.

---

1. Nations Unies, Recueil des Traités, vol. 1506, p. 157.

*Article 8*

Des projets techniques de coopération relatifs à des produits et sous-produits d'origine animale et végétale ainsi qu'à des facteurs de production de base du secteur de l'agriculture et de l'élevage seront élaborés.

*Article 9*

Les dispositions du présent Arrangement complémentaire devront être appliquées à toute expédition contenant des produits ou sous-produits du secteur de l'agriculture et de l'élevage destinés à des consulats et missions diplomatiques, conformément aux Conventions de Vienne sur les relations diplomatiques et consulaires de 1961<sup>1</sup> et 1963<sup>2</sup> respectivement.

*Article 10*

La Partie contractante qui envoie de sa propre initiative des représentants et des spécialistes dans le pays de l'autre Partie contractante assumera les frais correspondants. Le pays d'accueil facilitera l'entrée sur son territoire aux représentants et spécialistes et fournira l'assistance nécessaire à l'accomplissement de leur mission.

CHAPITRE IV. ENTITÉS EXÉCUTIVES

*Article 11*

La coordination et la supervision de l'application du présent Arrangement complémentaire incomberont aux entités exécutives, conformément aux décisions du Groupe de travail "Agriculture" Brésil-Venezuela, entérinées par la Commission binationale de haut niveau Brésil- Venezuela. Les membres des organes responsables des politiques de santé animale et végétale ou leurs représentants seront chargés de faire partie du Groupe de travail.

*Article 12*

Les entités exécutives s'engagent à établir en coordination un rapport annuel sur l'application du présent Arrangement complémentaire et les résultats qu'elle a permis d'obtenir.

*Article 13*

Pour examiner les problèmes technico-scientifiques et de certification zoo-phytosanitaire ainsi que les autres questions qui viendraient à se poser en cours d'application du présent Arrangement complémentaire, les entités exécutives se réuniront au moins une fois l'an, à une date et en un lieu à fixer d'un commun accord, le lieu étant déterminé par roulement.

---

1. Nations Unies, Recueil des Traités, vol. 500, p. 95.

2. Ibid., vol. 596, p. 469.

*Article 14*

Les Parties contractantes fourniront les ressources financières destinées à la mise en uvre du présent Arrangement complémentaire et pourront solliciter la coopération des producteurs, importateurs et exportateurs de produits de l'agriculture et de l'élevage ainsi que la collaboration d'organismes internationaux.

*Article 15*

Les entités exécutives pourront, sur la base du présent Arrangement complémentaire, et en vue de son application, établir des programmes d'intérêt spécifique, qui soient plus détaillés sur les plans technique et opérationnel.

*Article 16*

En cas d'urgence, chaque Partie contractante pourra prendre les mesures appropriées, qui devront être portées le plus rapidement possible à la connaissance de l'autre Partie contractante.

CHAPITRE V. DURÉE DE L'ARRANGEMENT

ET MODIFICATIONS APPORTÉES

*Article 17*

1. Le présent Arrangement complémentaire prendra effet trente (30) jours après la date de sa signature. Il demeurera en vigueur pendant un an et sera prorogé automatiquement pour des périodes successives d'égale durée, à moins que, quatre-vingt-dix (90) jours avant la fin de l'une de ces périodes, l'une des Parties contractantes ne notifie à l'autre par écrit sa décision de le dénoncer.

2. La dénonciation du présent Arrangement complémentaire n'aura aucun effet sur les activités de coopération en cours, ni sur celles qui auront été réalisées pendant qu'il était en vigueur.

*Article 18*

1. Le présent Arrangement complémentaire pourra être modifié ou complété par les Parties contractantes, les modifications entrant en vigueur à la date de réception de la note envoyée en réponse à la proposition de modification.

2. Toute divergence concernant l'interprétation ou la mise en uvre du présent Arrangement sera réglée par la voie diplomatique.

Fait à Brasilia, le 8 décembre 1997, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :  
Le Ministre des relations extérieures,  
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République du Venezuela :  
Le Ministre des relations extérieures,  
MIGUEL ANGEL BURELLI RIVAS

